



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 18 de junho de 2013

| | |
|---|---|
| AMAZONAS EM TEMPO Rebecca Garcia vai à CMM falar sobre o Proama VEICULAÇÃO LOCAL | 1 |
| DIÁRIO DO AMAZONAS Serviços importados são taxados em até 51% no Brasil VEICULAÇÃO LOCAL | 2 |
| JORNAL DO COMMERCIO RJ Brasília-DF VEICULAÇÃO NACIONAL | 3 |
| VALOR ONLINE Dilma vê riscos em acordos bilaterais de comércio VEICULAÇÃO NACIONAL | 4 |
| O ESTADÃO Onde está o terror econômico VEICULAÇÃO NACIONAL | 5 |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Medida inflaciona o mercado, diz industrial..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 6 |
| BRASIL ECONÔMICO-SP Proteção para a indústria..... VEICULAÇÃO NACIONAL | 7 |

| | | | |
|--|--|-------------------------|---------------------|
|  | VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Rebecca Garcia vai à CMM falar sobre o Proama | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO LOCAL |

Sob os rumores de uma possível disputa ao pleito estadual no ano que vem, a secretária de Governo, deputada licenciada Rebecca Garcia (PP), participou de uma rodada de discussões com os vereadores da Câmara Municipal de Manaus (CMM) sobre a execução do Programa Águas para Manaus (Proama), na manhã de ontem.

A visita é fruto de uma articulação política da bancada do PP na casa, capitaneada pelo vereador Álvaro Campelo. O encontro com os parlamentares ocorre após reuniões que Rebecca participou em Brasília, representando o governo do Estado, onde tratou sobre o Proama.

Durante a visita de cortesia, ela destacou dois pontos que foram tratados nas reuniões no Ministério das Cidades na capital federal, na semana passada. O primeiro, trata-se da terceirização do Proama e o segundo sobre a elaboração do Plano Diretor de Saneamento, que deve ser executado pela prefeitura como pré-requisito exigido pelo Governo Federal para a execução do programa de captação de água na capital amazonense.

As novas regras previstas deverão ser analisadas pela Câmara, após a elaboração do plano pela prefeitura. Segundo ela, o prefeito de Manaus Artur Neto (PSDB), que também participou destas reuniões em Brasília, encomendou da Fundação Getúlio Vargas (FGV) a realização do planejamento. A secretária de governo informou que o prazo para a elaboração do plano diretor da água é de 90 dias.

A discussão sobre o assunto novamente foi marcada pelas manifestações dos vereadores. O líder do PT na Câmara, Waldemir José, cobrou maior celeridade nas votações de matérias de interesse da população.

“Não é justo que o Executivo tenha três meses e utilize praticamente dois meses e quinze dias para a elaboração do plano e envie para nós analisarmos em 15 dias sem que a Câmara possa se debruçar sobre toda essa complexidade”, salientou.

| | | | |
|--|--|-------------------------|---------------------|
|  | VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS | EDITORIA | |
| | TÍTULO Serviços <u>importados</u> são taxados em até 51% no Brasil | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO LOCAL |

segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria, a cada vez em que contrata consultores estrangeiros ou requisita suporte técnico para máquinas e equipamentos, a indústria paga de 41,08% a 51,26% em tributos.

Brasília – Responsáveis por quase um quarto dos gastos da indústria brasileira, os serviços **importados** sentem o peso da carga tributária. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a cada vez em que contrata consultores estrangeiros ou requisita suporte técnico para máquinas e equipamentos, a indústria paga de 41,08% a 51,26% em tributos.

Para a entidade, esse nível de impostos e contribuições prejudica a competitividade da indústria nacional, à medida que aumenta custos, encarece o produto final e, muitas vezes, impede o acesso a novas tecnologias. “Toda e qualquer empresa em ramo tecnológico mais sofisticado precisa **importar** serviços. Se o **Brasil** quer indústria mais avançada, precisa reduzir os impostos sobre os serviços”, diz o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes.

De acordo com o diretor da CNI, a carga tributária sobre a compra de serviços no exterior afeta principalmente dois tipos de empresas. O primeiro são as indústrias que desenvolvem produtos associados à prestação de serviços, como máquinas e aviões. A tributação aumenta as despesas com a manutenção desses bens, que costuma ser terceirizada no exterior.

“Quando o **Brasil exporta** um equipamento, também vende serviços como garantia e treinamento. O fabricante nacional paga pelo serviço toda vez que aciona um técnico estrangeiro para trabalhar para ele lá fora”, explica Fernandes. Segundo ele, 1% do preço de um avião brasileiro corresponde a serviços embutidos.

O segundo tipo de empresa afetado, diz o diretor da CNI, são as indústrias com cadeia de **produção** globalizada, com etapas de **produção** executadas em vários países. Nesse caso, inovações desenvolvidas em sistemas abertos, com contribuições de diversas partes do mundo, são prejudicadas por causa da taxaço.

Atualmente, seis tributos são cobrados na compra de serviços no exterior: Imposto de Renda retido na Fonte (IRRF); Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre remessas ao exterior; Programa de Integração Social (PIS); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); Imposto sobre Operação Financeira (IOF), cobrado nas operações de câmbio, e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

De acordo com o diretor da CNI, a entidade propôs uma reformulação na tributação de serviços. Uma das medidas é a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) cobrado nas conversões de moedas ao pagar serviços no exterior. Os industriais também querem que a Cide, o PIS e a Cofins incidam apenas sobre o valor efetivamente remetido ao exterior. Hoje, segundo a confederação, as contribuições são calculadas sobre o valor total do serviço, que tem outros impostos embutidos.

A **importação** de serviços que envolvem transferência de tecnologia representa outro gargalo. Pela legislação, esses serviços pagam impostos mais altos porque envolvem royalties (direitos de uso) adquiridos no exterior. No entanto, diz Fernandes, a Receita Federal não tem feito essa distinção e tem tributado todas as compras de serviços como se houvesse transferência tecnológica. “As compras sem royalties requerem outro tratamento tributário. Acordos internacionais estão sendo desrespeitados”, reclama.

O presidente da CNI, Robson Andrade, entregou as propostas da CNI ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, em reunião na semana passada. Segundo o **Ministério**, a equipe econômica está analisando as reivindicações, mas não tem previsão de dar uma resposta sobre o assunto.

| | | |
|--|--|---------------------|
|  | VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO RJ | EDITORIA |
| | TÍTULO Brasília-DF | |
| ORIGEM | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |
| INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | | |

Fora dessa O governo turbinará a tramitação da medida provisória que desonera os transportes públicos de impostos federais. Seria apenas mais uma das chamadas medidas anticíclicas, para estimular a economia e conter a inflação, mas virou um bote salva-vidas no maremoto de manifestações contra o aumento das passagens. Os investimentos do **PAC** da Mobilidade Urbana na Rocinha, Zona Sul do Rio de Janeiro, para a construção de mais um teleférico na cidade maravilhosa (o do Morro do Alemão já virou atração turística), também serviram de bóia diante dos protestos dos cariocas. Na avaliação do Palácio do Planalto, o Movimento Passe Livre atinge, sobretudo, as prefeituras, que aumentaram as passagens, e os governos estaduais, que patrocinaram a violenta repressão policial aos manifestantes. A questão, agora, seria agir com habilidade para tirar o corpo fora sem tripudiar nas agruras alheias. Porém O consumo baseado no automóvel, ou seja, no transporte individual, é o eixo da política industrial e de crédito adotada pelo **Governo Federal**, em meio à crise mundial, para combater o baixo crescimento.

Esse modelo macroeconômico transforma o sistema de transportes urbanos, que padece de mais investimentos públicos, em uma espécie de bomba relógio. O governo também é sócio da crise. Balcão Para azeitar a base governista, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, promete liberar, a partir desta semana, cerca de R\$ 2 bilhões em emendas parlamentares. Trabalha para esvaziar a proposta de orçamento impositivo, que a Câmara ameaça aprovar, e garantir que os projetos do governo, principalmente, as medidas provisórias que podem caducar, tenham apoio efetivo da base. Fica pra outra O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, já avisou a gregos e baianos que não pretende disputar o governo de Alagoas. Seu projeto é continuar à frente do Congresso, ou seja, pretende concorrer à reeleição no Senado, em 2015. O ex-presidente Fernando Collor de Mello lidera as pesquisas de intenção de voto no estado.

Explica aí Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini vai hoje à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Terá que explicar como pretende combater a inflação e a alta do **dólar**. A propósito, desde a última elevação da taxa Selic, que hoje é de 8%, Tombini não para de dar explicações para acalmar o **mercado**. Mineração A presidente Dilma Rousseff deve encaminhar, hoje, ao Congresso o novo marco regulatório do setor de mineração. O projeto de lei deve tramitar em regime de urgência, ou seja, Câmara e Senado terão, cada um, 45 dias para apreciar a matéria. Orçamento A Comissão Mista, que analisa a proposta de Orçamento impositivo (PEC 565/06 e outras), deve votar o parecer do deputado Edio Lopes (PMDB-RR) na quinta-feira. O relator propõe a execução obrigatória das emendas individuais de parlamentares, em um total de até o limite de 1% da receita líquida do ano anterior. Carteira Em 2013, com esses critérios, o orçamento impositivo daria a cada parlamentar uma carteira de emendas a serem executadas pelo Executivo da ordem de R\$ 11,8 milhões Militares Dois militares do Exército e três da Marinha, que foram presos, cassados e participaram da resistência democrática à ditadura, prestam depoimentos à Comissão Nacional da Verdade e à Comissão Estadual do Rio de Janeiro hoje, a partir das 9h, no auditório da Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro (no prédio da OAB).

A sessão será coordenada pelo advogado Wadih Damous, presidente da CEV do Rio. Real O senador Aécio Neves (PSDB-MG) inaugura hoje, na Câmara dos Deputados, uma exposição sobre os 25 anos do PSDB e os 19 do Plano Real. A estrela da festa será o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO VALOR ONLINE | EDITORIA | |
| | TÍTULO Dilma vê riscos em acordos bilaterais de comércio | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Dilma Rousseff: "Acordos bilaterais oferecem a ilusão de ganhos imediatos"

A presidente Dilma Rousseff alertou ontem para os riscos de o **Brasil** buscar acordos bilaterais de liberalização comercial, sinalizando que seu governo continuará trabalhando por uma saída multilateral para os desafios do **comércio** exterior do país. Num momento em que setores da iniciativa privada questionam o governo pelo fato de o **Brasil** estar supostamente alheio aos movimentos realizados pela Aliança do Pacífico, o chanceler Antonio Patriota aproveitou a mesma solenidade para defender o **Mercosul** e a estratégia de integração do **Brasil** com os demais países do continente.

Os discursos foram feitos durante a formatura da mais recente turma de diplomatas brasileiros, no Itamaraty. Dilma destacou que, ao enfrentar os efeitos da crise financeira internacional, o **Brasil** não propõe o isolamento ou o protecionismo, mas sim a consolidação da cooperação e dos laços regionais. Dilma afirmou acreditar que os problemas para o **comércio** exterior brasileiro serão solucionados num marco multilateral.

"Acordos bilaterais, sobretudo aqueles entre economias assimétricas, oferecem muitas vezes a ilusão de ganhos imediatos, mas terminam por produzir um resultado oposto, enfraquecendo a indústria nacional, a agricultura e o setor de serviços", discursou a presidente.

Além de frisar a importância das relações do país com a América Latina e a África, Dilma lembrou que o **Brasil** aprofundou os contatos com outros países em **desenvolvimento**. Citou a formação de grupos como o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Ibas (Índia, **Brasil** e África do Sul) e uma maior integração entre países sul-americanos, árabes e do Caribe, além de **Mercosul** e Unasul.

"Todas essas iniciativas não nos afastaram de nenhum dos países desenvolvidos e, por isso, temos relações extremamente qualificadas com a União Europeia e com os Estados Unidos", disse Dilma. "O bom relacionamento com

esses países desenvolvidos não impede, ao contrário do que aconteceu no passado, que tenhamos personalidade própria na cena mundial. A política externa brasileira tem vocação universalista."

Patriota defendeu a estratégia brasileira de inserção no continente americano. Em seu discurso, o ministro das Relações Exteriores afirmou que o **Brasil** continua a sedimentar a América do Sul como uma zona de paz e cooperação, a qual tem na democracia um compromisso político irrenunciável e requisito essencial dos processos de integração. As declarações ocorreram justamente num momento em que setores da iniciativa privada criticam o **Mercosul** e comparam o bloco à Aliança do Pacífico, que reúne Colômbia, Chile, Peru e México.

"Continuamos promover na zona de nosso entorno imediato uma zona de crescimento econômico com justiça social, em que as relações econômicas estão a serviço do **desenvolvimento** inclusivo, que é o nosso propósito comum", afirmou o chanceler.

Segundo Patriota, o **Mercosul** ampliou-se e fortaleceu-se com o ingresso da Venezuela. Além disso, acrescentou, a Bolívia assinou um protocolo de adesão para também tornar-se membro pleno e o Equador já demonstrou a intenção de seguir o mesmo caminho. Guiana e Suriname estão se tornando Estados associados do bloco, disse o ministro.

"Ao valorizarmos o acervo do **Mercosul**, que traz ganhos decisivos para a nossa indústria e gera empregos de qualidade, trabalhamos olhando para frente. Trabalhamos para fazer mais e melhor. Para além do **Mercosul**, mas sempre a partir dele, levamos adiante desde há muito tempo esforços de integração econômico e comercial por toda a nossa região, destino da maior parcela de nossas **exportações** de produtos manufaturados", disse Patriota.

Segundo o ministro, "sob a égide" da Aladi [Associação Latino-Americana de Integração] o **Brasil** negociou uma rede de acordos que cobre ou cobrirá num futuro próximo a quase totalidade das trocas comerciais na região.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O ESTADÃO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Onde está o terror econômico | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

O Estado de S.Paulo

Continuam piorando as perspectivas da economia brasileira para este ano, segundo a pesquisa realizada semanalmente pelo Banco Central (BC) com cerca de cem instituições do mercado financeiro e do setor de consultoria. Os economistas aumentaram suas projeções de inflação, agora estimada em 5,83%, e reduziram as do crescimento econômico (2,49%), da produção da indústria (2,5%) e do saldo comercial (reduzido para pífios US\$ 6,55 bilhões).

Elevaram para US\$ 73,66 bilhões, ao mesmo tempo, a previsão do buraco na conta corrente do balanço de pagamentos. Basta ler esses números para identificar um dos focos do terrorismo econômico denunciado pela presidente Dilma Rousseff. Um dos principais aliados desse foco é naturalmente o BC, responsável pela divulgação de tanto pessimismo.

Outros focos devem estar nas entidades representativas da indústria, em organizações acadêmicas, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), e até no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fontes de informações pouco animadoras sobre a evolução dos preços, a recuperação da atividade, o emprego industrial e a disposição dos empresários de se arriscar em novos investimentos.

Auxiliares próximos da presidente já identificaram uma crise de confiança. Evitam falar disso publicamente, mas já se esforçam para embelezar a imagem do governo. O BC elevou os juros básicos, intensificando e tornando mais sério o combate à inflação, e seu presidente, Alexandre Tombini, promete agir sem restrições para conter a alta de preços. Não basta, no entanto, restabelecer a confiança na política monetária, quando o lado fiscal permanece uma barafunda.

O ministro da Fazenda promete alcançar a meta de superávit primário equivalente a 3,1% do **PIB**, enquanto o secretário do Tesouro desqualifica esse objetivo e o condiciona a uma estratégia de gastos anticíclicos. Mesmo a promessa do ministro pouco significa em termos de austeridade.

O governo ainda se mostra disposto a abater investimentos e desonerações da meta fiscal e anuncia, além disso, a intenção de incluir na conta receitas de concessões e

os bônus do leilão de blocos do pré-sal. Usará, portanto, receitas eventuais para ajeitar uma contabilidade formada, em um dos lados, por despesas permanentes cada vez maiores.

Em 30 dias investidores de fora tiraram da Bovespa R\$ 8 bilhões, reduzindo a R\$ 3,4 bilhões o saldo de aplicações estrangeiras. A fuga de capitais tem afetado muitas economias emergentes e é motivada, na maior parte dos casos, pela perspectiva de uma política monetária menos folgada nos Estados Unidos e, portanto, de mudanças no mercado financeiro internacional.

Mas fatores internos também minam a confiança no **Brasil** e isso é reconhecido sem dificuldade entre especialistas. A Standard & Poor's já ameaçou rebaixar a classificação do Brasil. Há um sério risco de rebaixamento pelas agências de classificação até o começo de 2014, segundo informe do Banco Barclays divulgado em Nova York. O crescimento permanece baixo e a inflação continua alta, de acordo com o informe.

Mesmo no governo poucas pessoas parecem levar a sério a conversa sobre terrorismo econômico. O problema de credibilidade é reconhecido, mas a única mudança relevante, até agora, foi a da política monetária. Demonstrando mais preocupação com as eleições, a presidente Dilma Rousseff lançou mais um programa de estímulo ao consumo, o Minha Casa Melhor, apesar do comprovado fracasso dessa estratégia nos últimos dois anos e meio.

Os problemas de produção e de oferta, amplamente reconhecidos por especialistas como os mais **importantes**, continuam sendo atacados com ações desarticuladas, claramente improvisadas e de alcance limitado.

Além disso, o ativismo do governo - de fato, hiperativismo -, apontado como um dos fatores de desconforto e desconfiança do empresariado, tanto nacional quanto estrangeiro, será mantido, como deixou claro a ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Eis aí uma promessa aterrorizante.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | EDITORIA | |
| | TÍTULO Medida inflaciona o <u>mercado</u>, diz industrial | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Para Agenor Barrios, proprietário de uma pequena empresa fabricante de máquinas e dispositivos industriais, a Prefer Meios de Controle, a medida que elevou a alíquota do Imposto de Importação para centros de usinagem inflacionou o mercado.

Os artigos constavam na primeira lista da Camex com cem produtos que teriam suas alíquotas elevadas. No caso dos centros de usinagem, o imposto subiu de 14% para 25%. Segundo o empresário, a escalada dos preços superou os 11 pontos percentuais da taxa.

Recentemente, Agenor previu comprar uma máquina e foi à principal feira do setor para isso, a Feimafe. Por lá, cotou com algumas empresas, inclusive com a Romi. Decidiu por levar uma de origem taiwanesa. Não encontrou diferença de preços entre o produto brasileiro e o estrangeiro. Além disso, diz não confiar na procedência de outros produtores nacionais, pois muitos apenas colocam o selo da companhia em uma máquina importada.

"Os preços das máquinas estrangeiras não estavam atraentes, mas não eram muito acima do que o das brasileiras. Deixando o mercado nas mãos de uma única companhia, quem perderá somos nós, que precisamos do maquinário para produzir", afirma.

O aumento do imposto impactou imediatamente o setor. Depois de crescer 25% em média, entre 2009 e 2012, as

importações de centros de usinagem despencaram 40% nos primeiros cinco meses deste ano.

Outras medidas tomadas com o intuito de proteger a indústria nacional também tem seus efeitos questionados. Na cadeia de óleo e gás, uma das mais importantes do país, a restrição do conteúdo nacional mínimo onera as empresas e dificulta o abastecimento de equipamentos essenciais para o setor.

Na visão de Welber Barrai, ex-secretário do Ministério do Desenvolvimento e sócio da consultoria Barrai M Jorge, "a ideia é boa, mas na prática gera atrasos". "As petroleiras reclamam muito da falta de fornecimento nacional e quanto precisam importar são oneradas por isso", conta.

Barrai conta que as máquinas nacionais já possuem uma vantagem ante as importadas no financiamento. Para utilizar as vantagens do Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o empresário precisa investir em máquinas nacionais. Com isso, as empresas podem financiar o bem e pagar apenas 3,5% de juros ao ano.

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP | EDITORIA | |
| | TÍTULO Proteção para a indústria | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Lista com cem itens que sofrerão aumento do Imposto de Importação deve conter artigos essenciais para o setor. O aumento do tributo incluirá até tornos e motores, que têm poucos fabricantes nacionais

Gustavo Machado

A lista de produtos que terão aumento do Imposto de **Importação**, a ser divulgada ainda este ano pela Câmara de **Comércio** Exterior (Camex), está gerando atrito entre duas associações industriais. De um lado, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); de outro, a Associação Brasileira dos **Importadores** de Máquinas e Equipamentos (Abimei). Entre os 262 itens pedidos à Camex para serem onerados, 55 deles são da categoria de bens de capital- grande parte pleiteada pela Abimaq sob o argumento de proteger a indústria nacional.

Entre os produtos, constam artigos básicos da indústria de transformação de metais, como tornos, motores elétricos e máquinas para serrar. Em sua maioria, os bens possuem poucos fabricantes nacionais. Em um dos casos, o de tornos convencionais, apenas uma empresa instalada no **Brasil tem produção** nacional comprovada.

No total, 100 itens deverão ter suas alíquotas elevadas para até 35%, limite imposto pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC). Segundo fontes próximas à Camex, a lista será publicada entre setembro e outubro deste ano.

Os **importadores**, temendo a restrição, contestaram dentro do prazo delimitado pela Câmara para tentar evitar o aumento. Conseguiram argumentar contra a alteração da alíquota de oito itens. Segundo o presidente da Abimei, Ennio Crispino, a questão financeira impediu o questionamento de mais artigos. "A contestação de cada produto nos custou R\$ 10 mil, que saíram do bolso dos associados. Caso mais de uma empresa quisesse contestar aquele determinado produto, o custo era rateado, mas muitas se viram sozinhas e sem condições financeiras de seguir como processo", explica.

Ele diz que se a Câmara, um órgão estritamente técnico, ceder às pressões para elevar a tarifa, ela corre o risco de ter sua imagem arranhada por "influências políticas". Segundo Crispino, a política dos "escolhidos"-prática do governo de

Luiz Inácio **Lula** da Silva e que alçou grandes empresas brasileiras à condição de gigantes do **mercado** mundial- agora se volta para o **mercado** interno.

O principal "escolhido" em questão são as Indústrias Romi. Maior fabricante brasileira de tornos, fresadoras e centros de usinagem, a companhia pode-se ver sozinha em um **mercado** no qual seus antigos concorrentes caíram com a perda de competitividade do país. Uma forcinha para ela já foi dada. No ano passado, em outra lista com cem artigos com alteração do imposto de **importação**, a alíquota para centros de usinagem passou de 14% para 25% (leia mais ao lado).

De acordo com a Abimaq, em nenhum dos pleitos feitos por ela existe apenas um fabricante instalado no país. No caso dos tornos convencionais, Klaus Curt Müller, diretor de **comércio** exterior da associação, cita a Ergomat, outra tradicional fabricante.

A empresa é um caso emblemático da queda de um fabricante nacional para os **importados**. Atualmente, a companhia representa quatro produtores estrangeiros, além de vender seus produtos, sobre o rótulo Ergomat. Müller diz que a complementação do catálogo de produtos com **importados** virou prática do **mercado** e por isso é tão **importante** o pleito da associação para elevar as alíquotas do imposto de **importação**.

"A pior situação é quando uma indústria se torna uma distribuidora. Se uma empresa **importa**, fica evidente a falta de condições da companhia em atender seus clientes", afirma.

Questionada, a Camex afirma que nem todos os pleitos industriais precisam ser atendidos. Uma série de quesitos precisa ser contemplada para que o órgão decida elevar a alíquota do imposto e essa lista pode conter menos de cem itens.

"Os critérios utilizados para essa análise são os seguintes: respeito às normas da OMC; o impacto da elevação tarifária nos preços; o aumento de **importações**; a capacidade produtiva; nível de utilização da capacidade instalada; a análise das cadeias produtivas; e a compatibilidade com as diretrizes do Plano **Brasil** Maior e outras políticas públicas prioritárias", explica a Camex.

Dentre os critérios citados, a Abimaq afirma que há 50% de capacidade instalada ociosa. Os seis tipos de máquinas ou equipamentos questionados pela Abimej tiveram um crescimento médio das **importações**, entre 2009 e 2012, de 40% ao ano. O item "Partes de Motores Elétricos" registrou uma alta anual de 96% no período. Curiosamente, dos seis artigos, este foi o único que não foi pleiteado pela Abimej, mas apenas pela WEG.

No caso dos tornos convencionais, um dos artigos analisados pela Camex e contestados pela Abimej, há apenas uma empresa instalada no Brasil que possui **produção** nacional comprovada

PARTE DE MOTORES ELÉTRICOS

Fabricantes: WEG, Voges e SEW-Eurodrive

Importação: US\$ 361,5 milhões

Exportação: US\$ 689,5 milhões

Diferença de preço nacional/**importado:** 55%

TORNOS CONVENCIONAIS

Fabricantes: Romi

Importação: US\$ 14,1 milhões

Exportação: US\$ 1,8 milhões

Diferença de preço nacional/**Importado:** 622%

MERCADO FECHADO

Máquinas industriais que podem ter imposto de **importação** elevado pelo governo

*Valores em US\$ milhões em 2012

TORNOS VERTICAIS

Fabricantes: Romi e Nagel

Importação: US\$ 36,4 milhões

Exportação: US\$ 0,05 milhões

Diferença de preço nacional/**importado:** 69%

TORNOS HORIZONTAIS

Fabricantes: Romi, Nardini e Nagel

Importação: US\$ 89,1 milhões

Exportação: US\$ 10,9 milhões

Diferença de preço nacional/**importado:** 6%

MÁQUINAS PARA SERRAR, CIRCULARES

Fabricantes: Black & Decker, Makita, Famastil, Starret e Bosch

Importação: US\$ 11,3 milhões

Exportação: US\$ 0,09 milhões

Diferença de preço nacional/**Importado:** -6%

MÁQUINAS PARA SERRAR, DE FITA SEM FIM

Fabricantes: Makita, Starret

Importação: US\$ 7,5 milhões

Exportação: US\$ 0,3 milhões

Diferença de preço nacional/**importado:** 19%